

Procedimento concursal comum para a constituição de vínculo de emprego público, na modalidade de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com vista ao preenchimento de 3 postos de trabalho da carreira/categoria geral de Técnico Superior da área funcional Intervenção Social – Ref.^a 2020-55

Alteração da legislação específica da Prova de Conhecimentos

Nos termos da Ata n.º2 de Júri, procede-se à alteração da legislação específica necessária para a realização da Prova de Conhecimentos publicitada no aviso de abertura.

Primeiro - legislação geral

Mantém-se a legislação geral já divulgada e publicada no aviso de abertura.

Legislação geral:

Constituição da República Portuguesa; - Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro – Código do Procedimento Administrativo; - Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação – Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas; - Lei n.º 2/2020 de 31 de março, na sua redação atual – Orçamento de Estado para 2020; - Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro – Regime Jurídico das Autarquias Locais.

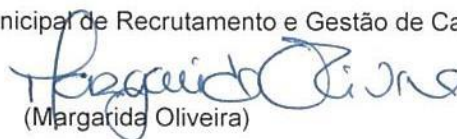
Segundo – legislação/bibliografia específica

Ao nível da legislação/ bibliografia específica onde se lê “- Lei 23/2017, de 4 de julho” deverá ler-se: “- Lei 23/2007, de 4 de julho”, pelo que a legislação/bibliografia específica para a Prova de Conhecimentos passa a ser a seguinte:

- Lei n.º 13/2003, de 21 de maio, alterada e republicada pela Declaração de Retificação n.º 7/2003, de 29 de maio, alterada pela Lei n.º 45/2005, de 29 de agosto, pelo Decreto-Lei n.º 70/2010, de 16 de junho e pelos Decretos-Lei n.º 133/2012, de 27 de junho, 1/2016, de 6 de janeiro, n.º 90/2017, de 28 de julho, e n.º 126- A/2017, de 6 de outubro, n.º 84/2019, de 28 de junho, e a Lei n.º 100/2019, de 6 de setembro; - Portaria n.º 257/2012, de 27 de agosto, alterada pelos Decretos-Leis n.º 13/2013, de 25 de janeiro, e n.º 1/2016, de 6 de janeiro, e pelas Portarias n.º 5/2017, de 3 de janeiro, n.º 253/2017, de 8 de agosto, n.º 52/2018, de 21 de fevereiro, e n.º 22/2019, de 17 de janeiro; - Resolução do Conselho de Ministros n.º 107/2017, de 25 de julho; - Resolução do Conselho de Ministros n.º 2/2020; - Despacho n.º 11199/2019, de 28 de novembro; - Lei n.º 15/2014, de 21 de março; - Lei 23/2007, de 4 de julho; - Circular n.º 12/DQS/DMD de 07/05/09; - Portaria n.º 188/2014, de 18 de Setembro, na sua atual redação; Estratégia Municipal para a Integração de Pessoas em Situação de Sem Abrigo 2020-2023, em <https://www.cm-porto.pt/transparencia/informacao-municipal>.

Porto, 23 de outubro de 2020

A Chefe da Divisão Municipal de Recrutamento e Gestão de Carreiras



(Margarida Oliveira)